

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. – Designação da entidade

INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO

1.2. – Sede

PRAÇA MARQUÊS DO POMBAL, 103
4000 – 391 PORTO

1.3. – NIPC

500836256

1.4. - Natureza da actividade

CAE PRINCIPAL – 87901 – Actividade apoio social para crianças e jovens, com alojamento
CAE SECUNDÁRIO – 88910 – Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento

1.5. - As Demonstrações Financeiras só abrangem a entidade individual. As datas do Balanço e Demonstração Financeira são em 31/12/2017, a moeda apresentada é o Euro.

Nota 2 – Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. – As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria nº 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria nº 105/2011, de 14 de Março (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do setor não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro da transações ou situações, ou lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCFR) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

2.2. – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. – Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade.

Nota 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2011 (data de transição para NCRF-ESNL), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. As depreciações são calculadas pelas taxas máximas aceites fiscalmente como custos.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes das vendas ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos estão registados como gastos do período.

INVENTÁRIOS

Matérias-Primas – Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal, não há dívidas de e a terceiros originariamente expressas em moeda estrangeira.



PERIODIZAÇÕES

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, diuturnidades e trabalho extraordinário.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos.

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

Nota 4 – FLUXOS DE CAIXA

4.1. – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2017			31.12.2016		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.211,12		2.211,12	1.774,44		1.774,44
	Subtotais	2.211,12		2.211,12	1.774,44		1.774,44
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	259.184,59		259.184,59	54.514,21		54.514,21
	Outros depósitos bancários	283.500,00		283.500,00	58.500,00		58.500,00
	Subtotais	542.684,59		542.684,59	113.014,21		113.014,21
Outros equivalentes de caixa	Outros instrumentos financeiros	0,00		0,00	0,00		0,00
	Subtotais	0,00		0,00	0,00		0,00
Totais		544.895,71		544.895,71	114.788,65		114.788,65

Nota 5 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Descrição	31-12-2016	Adições	Revaloriz.	Abate	Transferência	31-12-2017
Investimentos Financeiros:						
Outros investimentos financeiros:						
Fundo compensação trabalho	1.922,32	999,46				2.921,78
Garantia bancária						
Total dos investimentos financeiros Brutos	1.922,32	999,46				2.921,78
Perdas por imparidade acumuladas						
Total dos investimentos financeiros líquidos	1.922,32	999,46				2.921,78

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

Nota 6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo		Período 2017			Período 2016		
		Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Totais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Totais
No começo do período	Quantias brutas escrituradas	1.484.297,84		1.484.297,84	1.484.297,84		1.484.297,84
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.484.297,84)		(1.484.297,84)	(1.484.297,84)		(1.484.297,84)
	Quantias líquidas escrituradas						
Adições	Por aquisição						
	Por dispêndio subsequente						
	Por intermédio de concentrações empresariais						
	Subtotais						
No fim do período	Quantias brutas escrituradas	1.484.297,84		1.484.297,84	1.484.297,84		1.484.297,84
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.484.297,84)		(1.484.297,84)	(1.484.297,84)		(1.484.297,84)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 7 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

a) As depreciações foram efectuadas pelas taxas máximas aceites fiscalmente como custos.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			50	6	4	5		6
Taxas de depreciação			2,00%	16,66%	25,00%	20,00%		16,66%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta		Linha reta

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	6 673,58	5 397 933,38	260 002,19	77 354,22	89 620,22	18 784,13	300 000,00	8 150 367,72
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(1 574 498,75)	(234 790,30)	(77 354,22)	(83 893,65)	(18 784,13)		(1 989 321,09)
	Quantias líquidas escrituradas	6 673,58	3 823 434,62	25 211,89	0,00	5 726,57	0,00	300 000,00	4 161 046,64
Adições			132 848,43	7 847,13		6 989,81			147 685,37
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates									
Outras alterações									
Depreciações			(89 310,31)	(6 329,56)		(3 019,94)			(98 659,82)
Perdas por imparidade									
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	6 673,58	5 530 781,81	267 849,32	77 354,22	96 610,03	18 784,13	300 000,00	6 298 053,09
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(1 663 809,06)	(241 119,86)	(77 354,22)	(86 913,59)	(18 784,13)		(2 087 980,90)
	Quantias líquidas escrituradas	6 673,58	3 866 972,75	26 729,46	0,00	9 696,44	0,00	300 000,00	4 210 072,19

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

Nota 8 – INVENTÁRIOS

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2017			Período 2016		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Compras	Inventários no começo do período		668,86	668,86		675,83	675,83
		Compras	+	68.175,46	68.175,46		72.767,13	72.767,13
		Devoluções de compras	-	0,00	0,00		836,69	836,69
		Descontos e abatimentos em compras	-					
		=	+	68.844,32	68.844,32		72.606,27	72.606,27
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-					
		Perdas em sinistros	-					
		Perdas por quebras	-					
		Outras perdas	-					
		Ofertas e amostras	-					
		Ganhos em sinistros	+					
		Ganhos por sobras	+					
		Outros ganhos	+					
		=	+					
			-	1.023,48	1.023,48		668,86	668,86
	=		67.820,84	67.820,84		71.937,41	71.937,41	
		+						
		+						
		+						
	=		67.820,84	67.820,84		71.937,41	71.937,41	

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

Nota 9 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2017			Período 2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Vanação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Vanação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	93.502,61	100,00%	-11,10%	103.806,47	99,85%	-8,71%
Juros				158,37	0,15%	-86,00%
Royalties						
Dividendos						
Totais	93.502,61	100,00	-11,10	103.964,84	100,00	-94,71

Nota 10 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2017		Período 2016	
			Demonstração dos resultados		Demonstração dos resultados	
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	...				
		...				
	Subsídios relacionados com rendimentos	Para compensação de gastos ou perdas já incorridos	703.240,07		743.053,52	
		703.240,07		743.053,52		
Reembolsáveis	...					
	...					
Totais			703.240,07		743.053,52	

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

Nota 11 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Quantias dos rendimentos e ganhos reconhecidas no período	Período 2017			Período 2016		
	Rendimentos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rendimentos reconhecidos no período	Varição percentual face aos rendimentos reconhecidos no período anterior	Rendimentos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rendimentos reconhecidos no período	Varição percentual face aos rendimentos reconhecidos no período anterior
Sinistros	0,00			495,00	0,22%	100,00%
Rendas recebidas	242.498,31	63,84%	5,45%	229.950,72	95,59%	7,76%
Correções relativas a períodos anteriores	213,36	0,06%	100,00%	0,00		
Outros	69.280,58	18,24%	646,00%	9.280,58	3,85%	(285,27%)
Juros e rendimentos similares	67.850,17	17,86%	8.252,00%	812,35	0,34%	(210,57%)
Totais	379.842,42	100,00		240.538,65	100,00	

Nota 12 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

Nota 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

13.1.– CLIENTES E UTENTES/ ADIANTAMENTO A FORNECEDORES/ FUNDADORES/ BENEMÉRITOS/ PATROCINADORES/ DOADORES/ ASSOCIADOS/ MEMBROS/ OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR/ PESSOAL/ OUTROS ATIVOS FINANCEIROS/FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de clientes e utentes/ adiantamento a fornecedores/ fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros/ outras contas a receber e a pagar/ pessoal/ outros ativos financeiros e financiamentos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2017			Período 2016		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Clientes e utentes	12.494,09		12.494,09	13.482,78		13.482,78
	Pessoal	0,00		0,00	0,00		0,00
	Outras contas a receber	51.935,80		51.935,80	339.680,90		339.680,90
	Outros ativos financeiros	0,00		0,00	0,00		0,00
	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	5.400,00		5.400,00
		64.429,89		64.429,89	358.563,68		358.563,68
Passivos financeiros	Fornecedores	44.066,64		44.066,64	10.731,49		10.731,49
	Pessoal	255,10		255,10	0,00		0,00
	Outras contas a pagar	168.248,51		168.248,51	169.089,06		169.089,06
	Financiamentos obtidos	338.314,69		338.314,69	391.219,66		391.219,66
		550.884,94		550.884,94	571.040,21		571.040,21

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

13.2. – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2017			31.12.2016		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.211,12		2.211,12	1.774,44		1.774,44
	...						
	Subtotais	2.211,12		2.211,12	1.774,44		1.774,44
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	259.184,59		259.184,59	54.514,21		54.514,21
	Outros depósitos bancários	283.500,00		283.500,00	58.500,00		58.500,00
	...						
	Subtotais	542.684,59		542.684,59	113.014,21		113.014,21
Outros equivalentes de caixa	Outros instrumentos financeiros	0,00		0,00	0,00		0,00
	Subtotais	0,00		0,00	0,00		0,00
Totais		544.895,71		544.895,71	114.788,65		114.788,65

Nota 14 – BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Remunerações do pessoal	Período 2017	Período 2016
Remunerações certas	440.012,65	458.233,89
Remunerações adicionais	13.699,96	7.594,99
Encargos sociais	96.767,45	98.407,45
Outros gastos com o pessoal	5.153,58	9.001,94
Totais	555.633,64	573.238,27

A rubrica «outros gastos com o pessoal» inclui gastos com seguro de acidentes de trabalho, segurança e higiene no trabalho e indemnizações por despedimento.

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

Nota 15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1. – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	0,33		0,33	0,19		0,19
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00		0,00	0,00		0,00
Total do ativo	0,33	0,00	0,33	0,19	0,00	0,19
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	0,00		0,00	0,00		0,00
Retenções de impostos sobre o rendimento	1.146,00		1.146,00	2.442,75		2.442,75
Contribuições para a segurança social	12.019,94		12.019,94	10.743,22		10.743,22
Outras tributações	71,87		71,87	239,43		239,43
Total do passivo	13.237,81	0,00	13.237,81	13.425,40	0,00	13.425,40

15.2. – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer	0,00		0,00	0,00		0,00
Seguros						
Total do ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos						
Rendimentos a reconhecer						
Rendas	13.512,30		13.512,30	14.850,23		14.850,23
Paínhas parque sa	2.477.230,59		2.477.230,59	2.533.531,28		2.533.531,28
Quotizações	0,00		0,00	0,00		0,00
Creche Gil	0,00		0,00	0,00		0,00
Contrato estação shopping pago 2017	294.000,00		294.000,00	300.000,00		300.000,00
Contrato estação shopping	264.000,00		264.000,00	270.000,00		270.000,00
CATL	0,00		0,00	0,00		0,00
IEFP	0,00		0,00	0,00		0,00
Total do passivo	3.048.742,89	0,00	3.048.742,89	3.118.381,51	0,00	3.118.381,51

ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

15.3. – FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

Descrição do fundo patrimonial	31-12-2017	31-12-2016
Fundos	45.422,75	45.422,75
Reservas	1.871,37	1.871,37
Resultados transitados	390.769,85	285.244,53
Outras variações nos fundos patrimoniais	486.798,67	496.079,25
Resultado líquido do período	285.615,10	105.525,32
Total	1.210.477,74	934.143,22

Contabilista Certificado

A Direção